

A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO: O ESTADO DO CONHECIMENTO NAS PRODUÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Marina Silveira Bonacazata Santos (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora), jasmoreira@uem.br, marina_bonacazata@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área: Educação. subárea do conhecimento: Política Educacional.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento, Relação Público e Privado, Mercantilização da Educação

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi realizar um mapeamento da produção em teses e dissertações sobre o tema “a Relação Público e Privado na Educação” (RPPE). A metodologia se amparou no que se denomina de Estado do Conhecimento, também denominado por alguns autores de Estado da Arte sobre o objeto de pesquisa. Trata-se de um tema já investigado pela pesquisadora desde 2016 nas duas pesquisas de iniciação científica que desenvolveu no Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Consistiu em mapear as produções sobre o objeto de pesquisa RPPE a fim de demonstrar as suas temáticas e subtemáticas abordadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado nos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil. A proposta de pesquisa se orientou pelos seguintes questionamentos: Quais as pesquisas produzidas no Brasil e que abordam o objeto RPPE? Como o objeto tem sido abordado em teses e dissertações? Os resultados finais demonstram o percurso já realizado na pós-graduação em Educação no que tange às produções de dissertações e teses sobre o referido tema no período de 1994 a 2018 e, também, identificou-se as temáticas, subtemáticas e seus conteúdos nos resumos das produções mapeadas.

Introdução

Esse projeto de pesquisa teve por finalidade mapear as produções em teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil sobre o tema “Relação Público e Privado (RPPE)”. A metodologia se amparou na elaboração do Estado do Conhecimento sobre o objeto de pesquisa.

A proposta foi relevante por tratar de um assunto que na atualidade vem ganhando seu espaço no debate acadêmico, todavia, pode-se afirmar que o tema da parceria público-privado na educação não têm sido estudado e avaliado de forma dinâmica, uma vez que, no âmbito dos PPGE, ainda são poucas as teses e dissertações que tratam desse tema e a discussão da parceria Público-Privado também está pequena,

se levarmos em consideração a quantidade de PPGE que apresentam a linha de Políticas Públicas e Gestão Educacional no Brasil.

O termo “Estado de conhecimento” se refere a uma tipologia de pesquisa que visa a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

É importante destacar a importância do uso de obras literárias para o estudo sobre a política da relação público-privado. Segundo Luna (1997, p. 20) “uma revisão de literatura é uma peça importante no trabalho científico e pode, por ela mesma, constituir um trabalho de pesquisa”.

Um dos assuntos mais contraditórios no campo educacional seja talvez o caráter público e privado na promoção da educação brasileira. Tal debate atravessa toda a nossa história educacional (PERONI et al, 2012, p. 33).

Esse trabalho permitiu uma melhor compreensão de como a relação público x privado e suas subtemáticas são debatidas nos programas de pós-graduação em educação, além de ter permitido uma quantificação das dissertações de mestrado e teses de doutorado que discutem o assunto, com o objetivo de incentivar o conhecimento na área, proporcionar debates e discussões, e ainda, investigar as metodologias e o referencial teórico adotados.

Materiais e métodos

Esta pesquisa foi de cunho teórico bibliográfico e apresentou um mapeamento e estudo das dissertações de mestrado e teses de doutorado em Programas de mestrado acadêmico, na área da Educação, de autores que abordaram como tema a RPPE, além da identificação de quais são os referenciais teóricos e metodologia utilizados pelos autores nas dissertações de mestrado e teses de doutorado e da análise de como está a abordagem da temática na atualidade. Tal mediação analítica foi estabelecida tendo como consideração que as políticas educacionais têm como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórica-concreta, portanto, partiu-se da compreensão da totalidade histórica, para em seguida, empreender o mapeamento do Estado do Conhecimento sobre o objeto de pesquisa RPPE em dissertações e teses nos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil.

Resultados e Discussão

Ao fazer uma análise dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação adentrou-se também na caracterização geral dos PPGE. Um aspecto que chamou a atenção foi a avaliação dos mesmos, no qual 24 programas obtiveram nota 3,48 programas ficaram com nota 4,35 tiveram nota 5,6 obtiveram nota 6 e somente 2 dos PPGE ficaram com 7 (nota máxima). A nota segue os critérios de classificação da CAPES (2018) para os PPGEs no quadriênio 2013-2016. Foi possível notar que 26 PPGE fazem parte de universidades estaduais, 48 são de universidades federais, 40 PPGE de universidades privadas e 1 de universidade municipal.

Se levarmos em consideração a distribuição dos PPGE por região e por estados brasileiros, a pesquisa mostrou que a maioria dos programas estão situados na região sudeste (45), seguida pela região sul (33), sendo a região norte a que registra um menor número de programas. Uma maior prevalência no estado de São Paulo (24), Rio Grande do Sul (13), Minas Gerais (12) e Santa Catarina (11).

Mediante uma análise na plataforma de dissertações e teses da CAPES, na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos bancos de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, foram encontradas 209 dissertações e teses que tratam do objeto “Relação Público-Privado”.

Foi possível observar que o maior número de dissertações e teses sobre o objeto de pesquisa ocorreu em 2017 (27) e o menor número foi registrado no ano de 1994, 1996, 2000 e 2004, ambos os anos com 1 (uma) pesquisa. De acordo com a caracterização das pesquisas analisadas, a maioria é realizada no Mestrado em Educação (152), enquanto 57 ocorreram em nível de Doutorado em Educação.

No decorrer da análise dos PPGEs, notou-se que no período de 1994-2018, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) teve o maior número de dissertações e teses sobre o objeto de pesquisa “Relação Público-Privado”, totalizando 18 pesquisas. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) apresentou 5 pesquisas.

Se considerarmos a abordagem da temática “Relação Público-Privada por região do Brasil, ficou claro que houve uma maior produção na região sudeste do Brasil, com 103 dissertações e teses, seguida pela região sul (54), nordeste (22), centro-oeste (16) e a menor produção ocorreu na região norte do país, com 14 produções.

Abordou-se também na presente pesquisa, as subtemáticas relacionadas à Relação Público-Privada e as metodologias mais utilizadas nas pesquisas analisadas referentes ao tema.

Quanto aos subtemas, os mais abordados foram: Relação Público-Privado e estabelecimento de parcerias com Organizações Sociais (OSs) (14), Relação Público-Privado e o financiamento da educação (08), Relação Público-Privado e as parcerias com empresas (06). Entre a metodologia mais utilizada pelos autores que estudaram sobre a RPPE, está a pesquisa bibliográfica e documental de campo exploratória.

Observou-se, portanto, que houve um crescimento da discussão sobre a RPPE, nos PPGE do Brasil, mas há uma disparidade se levarmos em consideração a distribuição desses programas por região do país e, esse fato pode ser explicado devido ao maior investimento em educação realizado na região sudeste do país, além de também apresentar a maior concentração de instituições de ensino superior do país.

Conclusões

Ao término da pesquisa foi possível identificar que as pesquisas do tipo Estado do Conhecimento são fundamentais para aprofundarmos os conhecimentos acerca de um objeto de pesquisa ou um determinado tema. No caso da presente pesquisa trata-se da “Relação Público e privado nos Programas de Pós-Graduação em Educação”.

A maioria dos programas são avaliados com a nota 4 e se localizam em maior número na região sudeste do país, com maior incidência nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Pode-se associar esse fato ao grande desenvolvimento e investimento que as regiões sudeste e sul apresentam em relação ao ensino superior.

Esclareceu-se ainda que o maior número de PPGE se encontra nas universidades federais. A região sudeste do Brasil é a região do país que mais concentra os PPGE e a região norte é a que menos apresenta, visto que a distribuição das universidades é desigual no Brasil, pois o sudeste, onde se concentra o maior número de estudantes de ensino superior é a região com o maior investimento, além de ser uma forte região do comércio brasileiro, já a região norte apresenta menos alunos matriculados no ensino superior e por isso não recebe tanto investimento quando comparado à região sudeste. Isso demonstrou que se faz necessário uma política de pós-graduação mais equitativa na distribuição e no financiamento dos PPGES em Educação pelo Brasil afora.

A temática vem sendo discutida de forma satisfatória, contudo ainda carece de maiores discussões, pois a temática é ampla abrangendo gestão da educação, financiamento da educação, organismos internacionais, organizações sociais, formação de professores, entre outros subtemas, além de ser muito relevante para ampliar os debates dentro da área de políticas públicas e a compreensão de como se desenvolve a RPPE no país.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por possibilitar o financiamento para a realização deste projeto e à Universidade Estadual de Maringá (UEM) por permitir a realização da pesquisa. Agradecemos também ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq) pela contribuição teórica e pelos conhecimentos e debates pertinentes para a realização desta pesquisa.

Referências

CAPES.GOV. Sobre Avaliação de Cursos - 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>. Acesso em: 26 de Fevereiro 2019.

LUNA, S. V. de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: Educ, 1997.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PERONI et al. Relação público privado na educação básica – notas sobre o histórico e o caso do PDE-PAR – Guia de Tecnologias. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 34, p. 31-44, jul./dez. 2012.